

**Uma comunidade de sistema ideológico transnacional?  
Os intelectuais de direita e a “defesa da civilização cristã e ocidental” no  
Brasil e na França (1954-1964)<sup>1</sup>**

*A transnational ideological system community?  
Right-wing intellectuals and the “defense of Christian and Western civilization” in Brazil  
and France (1954-1964)*

*¿Una comunidad de sistema ideológico transnacional?  
Los intelectuales de derechas y la “defensa de la civilización cristiana y occidental” en  
Brasil y Francia (1954-1964)*

*Diogo Cunha\**

<https://orcid.org/0000-0002-3549-7059>

*Rodrigo Nabuco de Araújo\*\**

<https://orcid.org/0000-0002-1725-2277>

RESUMO: Esse artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a circulação de ideias entre a França e o Brasil e sobre as conexões entre intelectuais brasileiros e franceses entre 1954 e 1964. Nossa hipótese é que esses intelectuais formaram uma comunidade de sistema

---

<sup>1</sup> A visita aos arquivos franceses para a realização dessa pesquisa foi financiada pela Universidade Federal de Pernambuco (Edital Institucional de Apoio à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – no 10/2020) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (Verba Proex Capes).

\* Professor adjunto de Teoria Política e de História do Pensamento Político Brasileiro no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP-UFPE), credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em História, ambos da UFPE, Doutor em História pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (2014), autor de “A Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar. Os intelectuais conservadores entre cultura e política” (Appris, 2019). Também publicou vários artigos em revistas acadêmicas nacionais e internacionais. E-mail: diogo.accunha@ufpe.br

\*\* Professor associado de estudos latino-americanos na Universidade de Reims Champagne-Ardenne e atualmente está cedido ao CNRS, onde desenvolve suas pesquisas no laboratório FRAMESPA UMR 5136. É autor de *Les diplomates en uniforme. L’outil militaire dans la diplomatie française au Brésil (1954-1974)*, publicado pela Presses Universitaires de Reims em 2022, e também publicou artigos sobre transferências culturais, políticas e doutrinárias entre a França, o Brasil e a Argélia. Com Diogo Cunha e Maud Chirio, coeditou a obra coletiva *Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018)*. O Brasil no espelho do mundo, publicada pela editora Appris em 2021. Sua pesquisa se concentra em intelectuais brasileiros de direita e extrema direita, sua relação com a democracia e o conservadorismo e seus vínculos com intelectuais franceses nas décadas de 1950 a 1970. E-mail: rodrigo.nabuco-de-araujo@univ-reims.fr

ideológico transnacional cuja principal preocupação era a defesa da civilização cristã e ocidental, ameaçada pelo avanço do comunismo e pela Guerra da Argélia (1954-1962). O artigo está dividido em três segmentos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, são apresentadas algumas referências teóricas, privilegiando a discussão em torno do conceito de comunidade de sistema ideológico transnacional. No segundo, é feita uma discussão da historiografia sobre os intelectuais franceses e brasileiros entre os anos 1950 e 1960. No terceiro, enfim, são analisadas algumas fontes oriundas dos meios intelectuais de direita e de extrema direita em ambos os países. Concluímos que havia uma percepção por parte dos intelectuais dos dois lados do Atlântico de que as guerras de independência dos países africanos e a Revolução Cubana na América Latina faziam parte de uma mesma ameaça global à civilização cristã e ocidental.

Palavras-chave: Intelectuais. Direitas. Comunidade de sistema ideológico transnacional. Guerra da Argélia. Brasil.

ABSTRACT: This article outlines the initial findings of research exploring the exchange of ideas between France and Brazil, as well as the connections among intellectuals from both nations between 1954 and 1964. Our hypothesis posits the formation of a transnational ideological community, primarily focused on safeguarding Christian and Western civilization. This defense was seen as imperative due to the perceived challenges posed by the advancement of communism and the Algerian War (1954-1962). Structured into three sections, along with an introduction and conclusion, the first section introduces theoretical references, fostering discussions around the concept of a transnational ideological system community. The second section delves into the historiography of French and Brazilian intellectuals during the 1950s and 1960s. Lastly, the third section scrutinizes sources from right-wing and extreme right-wing intellectual circles in both countries. The article concludes by highlighting the shared perception among intellectuals on both sides of the Atlantic, recognizing the wars of independence in African countries and the Cuban Revolution in Latin America as components of a unified global threat to Christian and Western civilization.

Keywords: Intellectuals. Rights. Community of transnational ideological system. Algerian War. Brazil.

RESUMEN: Este artículo muestra los primeros hallazgos de una investigación sobre el intercambio de ideas entre Francia y Brasil, así como las conexiones entre intelectuales brasileños y franceses durante el periodo de 1954 a 1964. Nuestra hipótesis sugiere la formación de una comunidad de sistema ideológico transnacional entre estos intelectuales, cuya principal preocupación era preservar la civilización cristiana y occidental, vista como amenazada por el avance del comunismo y los conflictos en Argelia (1954-1962). El artículo está dividido en tres secciones, aparte de la introducción y la conclusión. La primera sección presenta algunas bases teóricas, enfocándose en el debate sobre el concepto de comunidad de sistema ideológico transnacional. La segunda sección analiza la historiografía de los intelectuales franceses y brasileños durante las décadas de los cincuenta y sesenta. Finalmente, la tercera sección examina algunas fuentes relacionadas con los círculos intelectuales de derecha y extrema derecha en ambos países. Concluimos que los

---

intelectuales de ambos lados del Atlántico percibían que las guerras de independencia en los países africanos y la Revolución Cubana en América Latina eran parte de una misma amenaza global para la civilización cristiana y occidental.

Palabras clave: Intelectuales. Derechas. Comunidad de sistema ideológico transnacional. Guerra de Argélia. Brasil.

### Como citar este artigo:

Cunha, Diogo & Araújo, Rodrigo Nabuco de. “Uma comunidade de sistema ideológico transnacional? Os intelectuais de direita e a “defesa da civilização cristã e ocidental” no Brasil e na França (1954-1964)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 2 (2023): 152-186.

\*\*\*

### Introdução

Eu lhes escrevo a fim de exprimir nossa simpatia e dizer que o inimigo é o mesmo em todo lugar. O homem branco está à beira do abismo. Nossa cultura está em vias de desaparecer. É tempo de lutarmos e devemos reconhecer aqueles que são nossos amigos, mesmo na Europa, sobretudo na Europa. Não vale a pena tentar convencer ou mudar a opinião dos nossos inimigos. É preciso organizar nossos amigos e eles formam legiões (*Défense de l'Occident* 1959, 96)

A Europa está acabada, mas uma Argélia independente tem de ser socialista, e Havana pode ser o epicentro de uma rajada de vento revolucionária em toda a América Latina (Sartre apud Sirinelli; Ory 2002, 311).

A política do Ocidente democrático está traçada na teia de compromissos cujos fios se estendem de Washington em todas as direções. A Inglaterra tem o segundo lugar no poderio e na determinação dos objetivos, garantidos sobretudo pela esplêndida unanimidade do seu povo em sustentá-los. A França, minada internamente por dissensões partidárias incessantes e que são o resultado de longa acumulação de resíduos históricos partilha com a Alemanha Ocidental, a grande inimiga de ontem, e a Itália, tantas vezes faltosa e equívoca, a responsabilidade de afirmar a vontade de sobrevivência do Velho Mundo europeu (Athayde 1955, 22).

As três citações que abrem esse artigo, escritas num mesmo contexto histórico por autores tão díspares quanto um agricultor norte-americano, um intelectual francês de esquerda e um jornalista brasileiro de direita, compartilham uma mesma percepção: o mundo estava à beira de uma virada histórica e os acontecimentos que ocorriam em suas diferentes partes estavam todos relacionados. A primeira citação é uma carta escrita em 10 de fevereiro de 1959 por um agricultor estadunidense chamado David Lawyer. Fundador de uma organização camponesa anticomunista intitulada *The Independent Farmers of Montana*, ele escrevia para a revista de extrema-direita francesa *Défense de l'Occident*, para sustentar que a luta contra os inimigos do homem branco era uma luta global. O medo do agricultor de Montana certamente seria justificado aos olhos de Sartre, se o

---

grande intelectual francês de meados do século XX tivesse lido a sua carta; Sartre que relacionava Argélia e Cuba logo após regressar de uma viagem pela América Latina. A percepção da imersão num combate global era enfim compartilhada pelo jornalista liberal Austregésilo de Athayde em uma conferência proferida na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1955.

Em defesa de que, exatamente, esse combate global, era travado? O apelo do fazendeiro de Montana é pela defesa do homem branco; Sartre sonhava com um mundo em ebulição; Athayde fala em nome do “Ocidente” democrático. No contexto de acirramento da Guerra Fria que marcou as décadas de 1950 e 1960, eventos cataclísmicos sobrevieram na Europa e na América Latina que mobilizou corações e mentes. A Revolução Cubana, em 1959, e a Guerra da Argélia, entre 1955 e 1964, engendraram profundas modificações políticas e recompuseram clivagens intelectuais, tanto nos países diretamente envolvidos nos acontecimentos – no caso, França e Argélia –, quanto, no caso da Revolução Cubana, nos países da região que passaram a ver na pequena ilha caribenha um presságio do que poderia acontecer em todo continente ao sul do Rio Grande.

Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a circulação de ideias e de conceitos entre a França e o Brasil e sobre as conexões entre intelectuais de direita e de extrema-direita brasileiros e franceses entre 1954 e 1964. Nossa hipótese é que esses intelectuais formaram uma *comunidade de sistema ideológico transnacional* cuja principal questão era a defesa do que eles chamavam de “civilização cristã e ocidental”, ameaçada pelo avanço do comunismo – na América Latina, onde a Revolução Cubana (1959) potencializa o medo de uma subversão da ordem – e na França pela Guerra da Argélia (1954-1962) – aonde a ameaça vinha do desmoronamento do império francês (Dard 2012a). Esses dois eventos centrais do século XX forneceram uma estrutura ideológica a formas de pensamento e a redes transatlânticas militares, religiosas, intelectuais e políticas. Para além da manutenção do império colonial francês e do medo do contágio revolucionário na América Latina, é a ideia de desmoronamento da civilização ocidental e cristã que está em jogo.

Estudaremos aqui como os intelectuais brasileiros e franceses de direita e de extrema direita pensaram a ideia de “civilização ocidental e cristã” frente à ameaça comunista e terceiro-mundista. Desejamos revelar a representação desses atores sobre as revoluções e guerras coloniais a fim de sublinhar a importância que ela pôde ter no processo de construção do inimigo e na ameaça de ruptura civilizacional que esses acontecimentos representavam. Várias questões estruturam esse estudo: como os intelectuais de direita e de extrema direita, na França e no Brasil, reagiram a esses acontecimentos que eles viam como uma ameaça civilizacional? Em que medida essa ameaça mobilizou uma forma de pensamento e um vocabulário comum nos dois lados do Atlântico? Em

---

que medida a resistência à descolonização e o combate contra o avanço socialista no chamado Terceiro Mundo contribuíram para a criação de uma rede transnacional de intelectuais e de militantes de direita e de extrema-direita? Em que medida autores e leitores formaram uma comunidade de sistema ideológico em escala internacional, compartilhando os mesmos ideais e vocabulário político? Podemos falar de uma identidade contrarrevolucionária no espaço Atlântico (Belissa; Covo; Rakove et al 2016)? Buscaremos trazer alguns elementos de resposta a essas perguntas esclarecendo assim uma página ainda pouco explorada da história das direitas.

Este artigo está dividido em três segmentos. No primeiro, fazemos uma discussão das fontes pesquisadas nos arquivos franceses e brasileiros, assim como sobre os referenciais teóricos que embasaram nossa análise. No segundo, fornecemos elementos de contexto da história política e intelectual do Brasil e da França entre 1954 e 1964. No terceiro, enfim, empreendemos uma análise das documentação levantada que evoca particularmente a ameaça civilizacional representada pelo avanço do comunismo cujo ápice foi a Guerra da Argélia e a Revolução Cubana.

## 1 História intelectual, história dos intelectuais, circulação de ideias

Essa pesquisa se situa na encruzilhada da história dos intelectuais, da história intelectual e da história das transferências culturais. A primeira nos fornece categorias de análises úteis para estudar os intelectuais brasileiros e franceses entre 1954 e 1964: as de “itinerário”, de “sociabilidade” e de “geração” (Sirinelli 1983; 2003). Segundo Jean-François Sirinelli, a revelação dos itinerários possibilita o mapeamento preciso dos grandes engajamentos dos intelectuais no século XX. Eles podem ser obtidos seja através do estudo das biografias individuais, seja pela de um grupo. Nesse caso, o estudo deve ir além dos “grandes” nomes. Ou seja, é imperativo “descer” para os estratos intermediários daqueles que conquistaram menos notoriedade em vida e, ainda mais abaixo, para o terceiro estrato daqueles que Sirinelli chama de “*éveilleurs*” (“aqueles que despertam”) (2003, 102).

As ressalvas acerca do uso do conceito de itinerários estão relacionadas a uma abordagem excessivamente “bourdieusiana” (Sirinelli 2003). Tratar os intelectuais em termos de *campo*, insistindo estritamente em suas estratégias, deixaria pouco espaço para outros aspectos primordiais: a contingência, o imprevisto, o fortuito. Os meios intelectuais são demasiado complexos para serem reduzidos a um mecanismo cuja única mola propulsora seria a “estratégia” (Sirinelli 2003, 248). É um método que ignora o fato de os intelectuais se ordenarem também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um prazer em *conviver*. Assim, a noção *campo magnético* de Philippe Burrin (2003) nos parece mais propícia e passível de ser aplicada para o estudo dos

---

intelectuais. Pensar o campo intelectual como um campo magnético permite dar conta dos mecanismos de causalidade e de fazer valer a complexidade e a contingência. A segunda objeção é que o estudo das trajetórias deve ir além da sua “revelação” e exige uma interpretação. Tal é a condição para que a noção de itinerário seja um instrumento de investigação eficaz, lembrando que as “generalizações apressadas” e as “aproximações duvidosas” devem ser evitadas uma vez que as situações individuais são extremamente diversas, o que impede toda explicação globalizante.

A segunda categoria de análise é a de *sociabilidade*. Para Sirinelli, essa noção teria uma dupla acepção, uma vez que no interior desses “círculos” se formariam o que o historiador chamou de “microclimas”. Assim, existiriam as “redes” que “estruturam” e os “microclimas” que “caracterizam um microcosmo intelectual específico” (Sirinelli 1986, 105). Nesses “microcosmos”, a atividade e o comportamento dos intelectuais que fazem parte deles apresentariam características específicas e se definiriam por uma vida relacional própria. As “redes” seriam a segunda acepção essencial para a compreensão do comportamento dos intelectuais, em particular a sua relação com outros setores da elite cultural e política.

A noção de geração, enfim, divide as opiniões de historiadores e sociólogos quanto a eficácia do seu uso. Sirinelli distingue três abordagens no domínio da história política onde a geração é ao mesmo tempo um objeto de estudo e um instrumento de investigação. Falar de uma “geração política” que englobaria o conjunto da sociedade colocaria um certo número de problemas. Mas ela torna-se operatória se reduzirmos a análise a um grupo específico, por exemplo, o meio intelectual (Sirinelli, 1989, 72). A sua obra *Génération intellectuelle* (1994) é a prova da fecundidade dessa ferramenta. Nela, Sirinelli estuda o percurso de um grupo oriundo de uma mesma matriz: a geração de 1905 que irá integrar as classes preparatórias e a *École Normale Supérieure* a partir dos anos 1920. Enquanto a primeira parte do livro é voltada para a história social dessas duas instituições, a segunda examina, através das noções de itinerário, sociabilidade e geração, as diferentes sensibilidades políticas – socialismo, pacifismo, comunismo –, assim como os diversos “microcosmos” formados durante esses anos. A terceira parte da obra analisa as trajetórias desses intelectuais durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente ao peso que a impregnação pacifista exerceu em suas escolhas.

É importante introduzir neste ponto as reflexões de Michel Winock. Em seu artigo *Les Générations intellectuelles* (1989), ele retraça as gerações intelectuais que se sucederam desde o *Affaire Dreyfus* até 1968 e trata do problema das relações entre evento-fundador, geração e “classe de idade”, sendo estas duas últimas categorias não coincidentes. Um evento muitas vezes não “cria” automaticamente uma geração, sendo preciso esperar um tempo para vê-la surgir. É precisamente dessa elasticidade que Winock pretende dar conta quando fala da relação entre o evento e o

---

“período de emergência” de uma nova geração, o que permitiria considerar os casos individuais que “escapam” à sua suposta geração (1989, 18).

Winock propõe a noção de *comunidade de sistema ideológico* para lidar com “casos individuais” e abordar questões que marcam uma determinada geração. Na medida em que uma geração não se limita a uma coorte demográfica ou à mesma faixa etária, podemos considerar que o elemento compartilhado por todos é a questão dominante do momento (Winock 1989, 18). As respostas filosóficas e políticas a essa questão “dominante” podem ser divergentes ou contraditórias, e se configurar como um sistema. A noção de comunidade de sistema ideológico emerge como ferramenta conceitual capaz de abranger essa complexidade. O exemplo emblemático destacado por Winock é o da geração da Guerra Fria, onde o comunismo se tornou a questão central sem que, no entanto, todos tenham aderido aos princípios do marxismo-leninismo (Winock 1989, 19).

Em nosso estudo, adotamos o conceito de comunidade de sistema ideológico, adaptando-o para um contexto que transcende as fronteiras nacionais. Especificamente, direcionamos nossa atenção para as questões levantadas pela direita e pela extrema direita no Brasil e na França no período entre o início da Guerra da Argélia e o golpe de Estado civil e militar de 1964 no Brasil. Nossa análise busca investigar em que medida é possível identificar uma comunidade de sistema ideológico *transnacional*. Tanto do lado brasileiro quanto do francês, intelectuais, jornalistas, militares e religiosos de direita e de extrema direita ponderam sobre a necessidade de defender o que designavam como “civilização ocidental e cristã”. Esta era percebida como ameaçada na América Latina pelos potenciais “contágios” da Revolução Cubana – particularmente a partir do Nordeste do Brasil, palco na mesma época de conflitos sociais intensos (Page 1972; Porfírio 2009). Na Europa, a ameaça era associada às guerras coloniais<sup>2</sup>. Nossa hipótese sugere que a defesa do “Ocidente democrático e cristão” emergiu como *questão dominante* e permitiu a formação uma comunidade de sistema ideológico transnacional. Nesta etapa da pesquisa, nosso objetivo é examinar se podemos caracterizar a produção intelectual como uma comunidade de sistema ideológico. Isso implica o exame das fontes para compreender como esses atores definiam a “civilização ocidental e cristã” e como, por que e por quem ela era considerada ameaçada. Para isso, será necessário recorrer a outras referências teóricas.

Além das ferramentas próprias da historiografia francesa dos intelectuais, portanto, recorreremos à historiografia sobre as “transferências culturais”, “histórias cruzadas” e *connected histories*. Michel Espagne (1994), crítico do comparatismo, particularmente tal como praticado por

---

<sup>2</sup> Há uma bibliografia considerável sobre a Guerra da Argélia. Como o foco do artigo são intelectuais no contexto da Guerra da Argélia e não o acontecimento em si, não empreenderemos uma revisão da literatura neste estudo. Para uma visão geral, recorreremos a Perville (2002), Brun (2014), Stora (2004) e Thénault (2005).

---

Christophe Charle (1996 e 2001), opõe a essa *démarche* o conceito de *transfert culturel* (1988). Mais do que confrontar dois espaços nacionais, ele prefere analisar como eles são colocados em relação, identificar pontos de contato precisos e, como lembrou François Dosse ao comentar sua pesquisa, “praticando uma forma de experimentação dos efeitos da alteridade em um conjunto em transformação” (2002, 133). O foco nas transferências culturais dá prioridade ao estudo de periódicos, de cursos, de editoras, de autores estrangeiros solicitados a publicar, de resenhas de livros. Busca-se identificar os pontos de contato, destacar textos traduzidos e por meio dessas transferências culturais, políticas e ideológicas estudar como essas relações desempenham papel específico na formação de uma comunidade ideológica capaz de criar seus próprios mitos, como o do legionário, o do oficial paraquedista disposto a sacrificar a vida em nome da civilização. Micheal Werner e Bénédicte Zimmermann (2003) aprofundam essas reflexões a partir de um texto programático que se pretende uma saída para as aporias do comparatismo. Eles avançam a noção de “história cruzada” que defende a necessidade de o observador situar-se numa posição “descentrada”. A ideia de cruzamento, para esses autores, rompe com uma certa estaticidade e com a perspectiva unidimensional e opera nos pontos de interseção.

Enfim, a história intelectual, entendida como o estudo e elucidação das obras em sua historicidade (Dosse 2003, 11), constitui nossa terceira referência teórica. Assim, autores como Pierre Rosanvallon e Reinhart Koselleck são referências importantes para pensarmos a historicidade dos conceitos, tal como o de “civilização”, sua dimensão criadora de experiências políticas concretas e a sua relação com seus respectivos contextos de produção (Rosanvallon, 2003; Bernardi 2015, 37; Koselleck 2006, 326). História intelectual, história *dos* intelectuais e história das transferências culturais: estas são as abordagens e categorias de análise que são mobilizadas de acordo com as questões que emergiram à medida que percorremos os arquivos e analisamos as fontes.

## **2 Instabilidade política e redefinição das clivagens intelectuais no Brasil e na França (1955-1964): breve discussão historiográfica**

Após 1945, Guerra Fria e guerras coloniais se sobrepõem. O período é marcado por forte instabilidade política e importantes redefinições ideológicas tanto na França como no Brasil, impulsionado por profundas reflexões acerca do inevitável confronto entre o capitalismo e o comunismo, cujas repercussões se manifestam em eventos mais localizados como a Guerra da Argélia e a Revolução Cubana. No âmbito intelectual, a literatura atesta as profundas mudanças que ocorriam. Até o momento, essa historiografia tem recorrido ao anticomunismo para explicar

---

as intersecções e as formas de legitimação das batalhas contra as frentes de libertação nacional, entendidas como revoluções marxistas. Indissociável do anticomunismo, emerge o conceito de “civilização ocidental e cristã”. Apesar de ser essencial para interpretação dos conflitos políticos nos dois lados do Atlântico, este aspecto despertou menos interesse entre os historiadores.

Entre 1945 e 1964, portanto, o Brasil e a França conheceram regimes marcados por grande instabilidade política e que foram interrompidos por uma ruptura institucional. Na França, a IV<sup>a</sup> República, instaurada em 1946, terminou com o putsch de 13 de maio de 1958 na Argélia, o regresso de Charles de Gaulle ao poder e a instauração da V<sup>a</sup> República. Existe hoje uma bibliografia inesgotável sobre a relação entre a França e a Argélia, sobre o conflito que levou à independência do país e, mais especificamente, sobre os intelectuais franceses ao longo desses anos. Mencionaremos alguns deles apenas para balizar a discussão, sem pretensão à exaustividade. François Dosse, em seu recente trabalho *A saga dos intelectuais franceses* (2021), faz um mapeamento dos engajamentos dos intelectuais franceses durante a Guerra da Argélia. Há, em primeiro lugar, um engajamento moral que remete ao Caso Dreyfus, a exemplo de intelectuais célebres como François Mauriac, Henri-Irénée Marrou, André Mandouze ou Pierre Vidal-Naquet. Para eles, as denúncias de tortura por parte das Forças Armadas francesas não só eram em si inaceitáveis como, além do Caso Dreyfus, remetiam à Ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Não é a mesma forma de engajamento “terceiro-mundista”, este mais político do que moral, de intelectuais como Sartre ou de editores que exerceram um papel crucial na publicação de textos e manifestos como Jérôme Lindon, François Maspero ou René Juillard. Manifestos e textos que aliás marcaram época, à exemplo do *Manifesto dos 121*, assinado por intelectuais de esquerda, do *Manifesto dos intelectuais franceses em favor da resistência ao abandono*, resposta dos intelectuais de direita, ou ainda de um manifesto que buscava uma terceira via, o *Apelo à opinião pública em favor de uma paz negociada na Argélia*. Voltando às modalidades de engajamento, Dosse identifica ainda a tibieza do Partido Comunista Francês (PCF) e dos seus intelectuais; aqueles que mergulharam de cabeça no engajamento, como os “carregadores de mala”, que precisaram ir para a clandestinidade e cujo líder da rede era o professor Francis Jeanson e sua esposa Colette; o grupo trotskista de Guattari na Sorbonne ou ainda aquele que gravitava em torno da revista *Socialisme ou Barbarie*; o dos que buscaram uma terceira via, a exemplo de Albert Camus e Germaine Tillon; e aquele que mostraram através de textos bem documentados e com argumentos econômicos e demográficos, a inviabilidade da manutenção da Argélia francesa, como Raymond Aron e Pierre Nora. Finalmente, o do grupo que nos interessa mais de perto, da direita e da extrema direita, partidários da Argélia francesa. Como Dosse coloca,

---

Os intelectuais favoráveis à Argélia francesa podem contar com o renascimento da extrema direita, que tinha sido laminada por ocasião da Libertação, comprometida por sua colaboração com o ocupante nazista, e que renasce das próprias cinzas graças ao reflexo nacionalista contra a reivindicação da independência da Argélia (2021, 412).

Assim, jornais e semanários como *L'Aurore*, *Le Parisien*, *Carrefour*, *La Table Ronde* e nomes célebres como os de Jules Romains, Thierry Maulnier, Roland Dorgelès, Michel de Saint-Pierre, Jean Dutourd, Roger Nimier, Pierre Nord tomarão posição em favor da manutenção da Argélia francesa. Dois conhecidos historiadores se destacam, Philippe Ariès e Roaul Girardet. Este último escreve regularmente no semanário *La Nation Française*, criado por Pierre Boutang, e junto com Laudenbach, Jacques Laurent, Jules Monnerot e Jean Brune, funda o semanário *L'Esprit Public*. Ele chega inclusive a integrar a organização terrorista *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS)<sup>3</sup>.

Na mesma veia de Dosse, e numa obra muito bem documentada, *Le siècle des intellectuels* (1999), Michel Winock, de quem tomamos o conceito de “comunidade de sistema ideológico”, identifica os diferentes grupos e personalidades do mundo intelectual e examina como cada um se engajou em função do conflito. O trabalho de Winock é particularmente útil para o nosso estudo na medida em que descreve de forma circunstanciada o comprometimento da direita e da extrema direita. Assim, ele descreve o ressurgimento do integrista católico, por ele chamado de “nacional-catolicismo”, que se propaga em vários círculos conservadores, especialmente entre os militares (1999, 663). Trata-se de uma nebulosa que não é absolutamente nova, mas que se encontrava marginalizada e que a Guerra da Argélia faz reviver. O principal nome desse movimento é o de George Sauge, fundador, em 1956, de um *Centre d'études supérieures de psychologie sociale* e, em 1959, dos *Comités civiques pour l'Ordre Chrétien*. Para ele, a Argélia estava no centro da guerra entre o Ocidente cristão e o comunismo internacional e ele opunha, ao misticismo comunista, um misticismo cristão anticomunista conclamando por uma cruzada moderna, reunindo os combatentes da “Cruz contra os do *Croissant*”, a favor da Argélia francesa (1999, 664)<sup>4</sup>. Outro nome importante, menos ativista e mais doutrinário, foi o de Jean Madiran, criador da revista *Itinéraires*. Ex-pétainista e chefe de redação da *Action Française* durante a Ocupação, ele era, segundo Winock, obcecado pelo comunismo e considerava o nacionalismo argelino como parte do empreendimento do comunismo internacional em sua luta contra o Ocidente cristão. Ele via na Argélia e no deserto do Saara “a fechadura francesa que é sem dúvida o último ponto de apoio da resistência a uma sovietação completa do continente africano” (apud Winock, 1999, 664); sovietação que iria ocorrer ao longo dos dez anos seguintes, caso a França abandonasse a Argélia.

---

<sup>3</sup> Sobre a OAS, ver notadamente Dard (2005).

<sup>4</sup> O formato do *croissant* sendo associado, por Sauge, à foice e ao martelo, símbolo do comunismo.

---

Outro movimento integrista foi a *Cité Catholique*, com o seu boletim *Verbe*, autoproclamado “órgão da contrarrevolução”. Como Sauge e Madiran, eles também se colocam como os últimos defensores da cristandade ameaçada pelo comunismo. Como assinalou Winock, essa revivência do tradicionalismo católico teve uma importância bastante significativa na medida em que ela ofereceu uma estrutura doutrinal aos oficiais das Forças Armadas face ao nacionalismo argelino. Enfim, outro nome de destaque é o de Maurice Bardèche, autor de um célebre panfleto de 1961 intitulado *Qu'est-ce que le fascisme?*

O trabalho organizado por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, *La Guerre d'Algérie et les intellectuels français* (1991), se inscreve num outro registro, propondo-se ir além de um mapeamento dos engajamentos intelectuais. A obra reúne uma série de textos sobre as várias maneiras como os intelectuais franceses atravessaram esse acontecimento, desde os engajamentos individuais, passando por grupos de sensibilidades diversas – de católicos a comunistas –, até editoras e petições. Interessa-nos aqui as questões postas pelos dois organizadores do livro. Assim, para Sirinelli, qualquer estudo sobre os intelectuais franceses durante a Guerra da Argélia deve levar em consideração uma série de questões essenciais. É importante, segundo ele, insistir nos diferentes “estratos intelectuais”, dos mais célebres aos “professores de escola”, lembrando que cada “tipo” de intelectual exige diferentes formas de análises (1991, 13-14); em seguida, a questão geracional e a cultura política têm um papel fundamental na compreensão do engajamento dos intelectuais durante o conflito, na medida em que se tratou de um fenômeno geracional e que o evento levou ao curto-circuito de culturas políticas bem estabelecidas. O autor também se interroga sobre os diferentes movimentos intelectuais e lembra que o conflito levou a uma erosão diferencial tanto à esquerda – SFIO e “*nouvelle gauche*” – quanto à direita – início de um processo de relegitimação (17-18). Isso implica uma atenção particular às mudanças ideológicas que ocorrem ao longo do conflito. Para uma parte da esquerda, por exemplo, a chave “proletariado-burguesia” se altera para “Terceiro Mundo-Imperialismo”, ao passo que outra, não comunista, permanece ligada à ideia republicana. Outra questão a ser levada em consideração é a das tipologias. Há uma tipologia dos diferentes meios intelectuais, como foi dito, que vai dos “grandes” – como Aron e Sartre – aos estudantes universitários, cujos efetivos foram multiplicados por dois durante os anos 1950, passando pelos sindicatos de professores. Para cada “meio intelectual”, corresponde uma forma de ação, segunda tipologia, a qual o autor junta uma terceira, a dos vetores de tomadas de posição pública. Os suportes de expressão das “estruturas” (sindicados de professores ou de estudantes) são bastante diversas das das “grandes vozes” individuais (23). Finalmente, a questão do peso dos intelectuais no acontecimento se impõe: se o conflito pesou nos meios intelectuais, será que eles chegaram a influenciar o curso do conflito? Sirinelli mostra como a resposta a essa pergunta é

---

complexa e até mesmo irresponsável. O que teria sido da Guerra da Argélia sem Sartre? Nunca se saberá. O que se sabe é que se tratou de uma “guerra de escritos” e momento de virada que marcou a vida intelectual francesa ( 29-30).

Se Jean-François Sirinelli coloca várias interrogações a respeito do acontecimento, mostrando como ele está aberta a várias possibilidades de pesquisa, Jean-Pierre Rioux busca refletir sobre a inserção desse evento na longa duração temporal e ideológica. O primeiro ponto a ressaltar, como foi feito em vários estudos, é a continuidade, reivindicada pelos autores da época, entre a Guerra da Argélia e o Caso Dreyfus ( 35). Vários paralelos podem ser estabelecidos. A própria reivindicação das motivações para o engajamento nos anos 1950 por parte dos intelectuais é justificada muitas vezes a partir da referência ao Caso Dreyfus. Há também um paralelo nas formas do combate, seja através das petições, seja através da informação refletida, racional, com uso de provas. Em seguida, os alvos institucionais frutos da contestação ou do apoio são os mesmos, a saber, as Forças Armadas, a justiça, o governo. Cabe assinalar a pretensão à verdade e ao universal de ambos os lados, ligados, contudo, à ideia nacional. Nesse sentido, o exemplo dado por Rioux reforça nossa hipótese, uma vez que ele diz que, no que concerne a direita, o que se observa é uma reivindicação a uma espiritualidade europeia e cristã ( 38). Ele lembra que as diferenças entre os dois eventos, por outro lado, não são negligenciáveis. Assim, não houve uma adesão imediata das vanguardas intelectuais em 1956, provavelmente atenta a outros acontecimentos (Hungria, XX Congresso do Partido Comunista da URSS), além de não ter mudado o curso do evento (ao contrário do que ocorreu no Caso Dreyfus). Além disso, os intelectuais durante a Guerra da Argélia estarão numa situação de equilíbrio entre “dreyfusismo”, “bolchevismo” e “terceiro-mundismo”. O mesmo à direita, onde, apesar de uma reapropriação do nacionalismo, o anticomunismo não exerce o mesmo poder aglutinador que o antissemitismo da Segunda Guerra Mundial. A defesa da Argélia francesa recebe, portanto, apoios diversos, fragmentados e parciais. Enfim, não se pode esquecer da questão memorial durante a Guerra da Argélia, que remete, a montante, à Segunda Guerra Mundial e, a jusante, à contestação da Guerra do Vietnã e de Maio de 1968 (no caso da esquerda) e de uma “nova” extrema direita com a fundação da Frente Nacional em 1972.

Vários desses questionamentos são mobilizados pelo próprio Sirinelli em trabalho escrito com Pascal Ory, *Les intellectuels en France. De l'affaire Dreyfus à nos jours* (2002). O prisma temporal e geracional, assim como a convulsão ideológica do período, são os temas privilegiados dos autores. Em primeiro lugar, o conflito argelino se insere temporalmente entre dois eventos significativos, a Libertação e Maio de 1968. Se a delimitação de 1968 aparece como estando a anos-luz do final da Segunda Guerra Mundial, o momento argelino ainda guarda uma “utensilagem mental”, para usarmos a noção clássica de Lucien Febvre, do período da Libertação e até mesmo, sob alguns

---

aspectos, do caso Dreyfus. Nesse sentido, observa-se entre 1955 e 1962 a sobreposição de justificação moral e política cujos pontos de comparação são claros ao menos sob os aspectos dos princípios morais, do papel dos intelectuais como vanguarda dos combates, e do conflito entre a espada (Forças Armadas) e a pena (intelectuais). Em termos geracionais, emerge em meados da década de 1950 uma geração “*mendésiste*” – referência ao político Pierre Mendès-France – num contexto que eles definem como sendo de “depressão ideológica”, ou seja, num momento em que começa a se observar um refluxo do marxismo e onde a direita intelectual ainda não se reergueu do descrédito da Ocupação. Apesar do engajamento de nomes célebres de gerações precedentes já citados no trabalho de Dosse, o que se observa é uma adesão mais significativa ao problema argelino de classes de idade que têm entre 18 e 25 anos em 1955. Ideologicamente, enfim, o que se observou foi uma fragmentação. À esquerda, ainda se fala de exploração econômica, mas cada vez mais de anticolonialismo (entre os marxistas), de princípios morais (entre os não marxistas) ou ainda a defesa de uma emancipação progressiva e assimilação por meio da instrução, em lugar do nacionalismo argelino, o que levou uma parte desses intelectuais a não romperem com o governo do socialista Guy Mollet (1956-1957). Surge assim uma nova esquerda e extrema esquerda no flanco do PCF que irá se cristalizar em Maio de 1968. Já a direita se encontra em pleno processo de reerguimento e de relegitimação, por isso ainda não tem a mesma força de ataque da esquerda. Como colocam Sirinelli e Ory,

seus argumentos não se limitaram, contudo, unicamente à Raison d’État ou à preservação da integridade do Império. É também *em nome da defesa da civilização ocidental e cristã*, duplamente ameaçada pelo comunismo e pelo Islã, que se mobilizaram alguns deles. E será necessário poder avaliar o grau de osmose entre os argumentos assim forjados e os fundamentos intelectuais da atitude de um certo número de oficiais quando a Guerra de Argélia se radicalizou (2002, 311, grifo nosso).

Na França, o legado da luta contrarrevolucionária, as Ligas, o regime de Vichy e a Colaboração, a Guerra da Argélia e o compromisso da OAS são fragmentos de memórias divididas. A reapropriação e reinterpretção dessas memórias são objeto de uma feroz competição memorial, evidenciando a sensibilidade e a complexidade do tratamento desses eventos na narrativa histórica e na memória coletiva.

Sylvie Thénault estudou o impacto das guerras coloniais na radicalização das direitas após a ruptura com Charles de Gaulle. A sua pesquisa fornece insights valiosos sobre os eventos e as dinâmicas sociais que moldaram a radicalização das direitas após o período colonial na Argélia, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações entre o colonialismo, a violência social e as transformações políticas na França. Com foco nos arquivos do tribunal de Justiça de Argel, ela constrói uma história social das relações políticas utilizando análises inspiradas em

---

Antonio Gramsci. A sociedade colonial, conforme estudada por Thénault, estava permeada por uma dinâmica de violência que explicaria o surgimento de organizações terroristas, como a OAS, que representou uma base militante inicial da extrema direita armada. A maioria muçulmana na Argélia era mantida em uma situação de inferioridade pela minoria francesa, e a violência social caracterizava as relações de dominação. A defesa da Argélia francesa teve repercussões significativas sobre a militância, afastando-a das posições gaullistas. O reconhecimento dos “ultras” da Argélia como uma força política legítima ocorreu no final dos anos sessenta, marcando uma mudança no cenário político (Thénault 2001).

Os acontecimentos de Maio de 1968 representaram uma ruptura política e social significativa na França, com impactos duradouros na paisagem política do país. François Audigier destaca que após Maio de 1968, o governo francês empregou forças de extrema-direita em nível local, com destaque para o *Service d'Action Civique* (SAC), para combater atividades de esquerda. Em 1969, assistiu-se à formação da *Ordre Nouveau*, sucedida pela criação da *Front National* em 1972 e do *Parti des forces nouvelles* em 1974. Nesse contexto, vários grupos de extrema-direita começaram a se organizar. Esse período marcou uma transformação na extrema-direita francesa, e a tendência majoritária desse espectro político entrou em uma nova fase de construção, que a conduziu à sua institucionalização. A extrema-direita buscou se consolidar como uma força política reconhecida e representativa, movendo-se para além de movimentos mais fragmentados e informais. A partir desses desenvolvimentos, a extrema-direita na França entrou em uma nova fase de sua evolução, que a levou a desempenhar um papel mais proeminente na política do país [Audigier, 2003]. Além da renovação ideológica, a extrema direita francesa foi caracterizada por fragmentação e divisão no período pós-guerra, persistindo até o surgimento eleitoral da Frente Nacional na década de 1980. Essa fragmentação pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo disputas ideológicas e estratégicas.

A importância dos estudos sobre intelectuais e política tomou um rumo distinto com a publicação dos trabalhos de Olivier Dard, sobretudo em relação a temas como o nacionalismo, o fascismo e movimentos políticos de direita e da direita radical. Projetos recentes com uma dimensão transnacional incluem uma série de livros coletivos, cujo ponto central são as transferências culturais entre a Europa e as Américas, com ênfase nas experiências francesas, portuguesas, canadenses e argentinas. O foco principal das pesquisas são os diálogos interculturais e as referências intertextuais. Cada um dos quatro tomos se dedica a um método de análise: os vetores de transmissão, principalmente revistas, mas também congressos e viagens; os doutrinários, publicistas e divulgadores de pensamento; temas e referências; organizações e partidos políticos. Essa metodologia de trabalho permite entender como outras prioridades ou tradições intelectuais,

---

científicas e disciplinares, complementam os traços característicos da orientação política das direitas radicais. Emerge de maneira geral a importância de autores como Charles Maurras, Céline, Drieu La Rochelle, Robert Brasillach, René Guénon, bem como uma adesão marcante à decadência spengleriana (Marchi 2015, 274). Olivier Dard salienta que Portugal e seu império colonial desempenharam um papel central como referência política e terra de refúgio para políticos franceses perseguidos pela Quarta República. Novas mitologias fascistas surgiam do sebastianismo messiânico e de um lusotropicalismo mitificado inspirado por autores brasileiros como Gilberto Freire. No entanto, embora o princípio de apoio às guerras coloniais não apresentasse problema para os representantes portugueses da direita radical, poucos endossaram o projeto colonial do regime, que não poderia, portanto, ser considerado uma força unificadora para a direita radical nas décadas de 1960 e 1970 (Dard 2015, 4).

Ricardo Marchi distingue pelo menos três dimensões essenciais no conceito de Ocidente, que desempenharam um papel estruturante no pensamento da direita radical durante a Guerra Fria. A dimensão cultural baseia-se nas raízes greco-romanas, consideradas a base cultural do Ocidente. Ela é aperfeiçoada pelo impulso messiânico do judaico-cristianismo. Os radicais de direita veem essa fusão cultural como uma fonte de valores fundamentais que definem a identidade do Ocidente. A dimensão política baseia-se em princípios anteriores à Revolução Francesa, buscando inspirar formas de organização supranacionais e imperiais alternativas às já existentes. A direita radical defende um retorno aos fundamentos políticos pré-revolucionários, propondo estruturas políticas alternativas que transcendam as fronteiras nacionais. A dimensão geopolítica é caracterizada pela crise do eurocentrismo e pela percepção da vassalagem da Europa ao poder dos Estados Unidos. Essas ideias ecoaram no trabalho de intelectuais como Oswald Spengler, autor de *A decadência do Ocidente*, e Henri Massis, que escreveu *Défense de l'Occident*, em 1927. Esses pensadores ajudaram a moldar a visão da direita radical da época, enfatizando a necessidade de defender o Ocidente como um meio de preservar os últimos vestígios da Europa com vistas a um renascimento cultural e político.

Dard ainda afirma que a ideia de combinar a defesa do Ocidente com a defesa da Argélia Francesa foi formulada por Thierry Maulnier. Sob essa perspectiva, a preservação da influência francesa na Argélia era vista como essencial para manter os interesses estratégicos do Ocidente e como um meio de impedir a vitória do comunismo. Essa visão baseava-se na ideia de que somente a URSS teria a capacidade de preencher o vácuo geopolítico deixado pela saída da França da Argélia. O raciocínio por trás dessa posição sugeria que, se a França abandonasse a Argélia, os jovens Estados subdesenvolvidos, isolados da influência ocidental, provavelmente cairiam sob a influência soviética. A lógica subjacente é que, sem a presença ocidental, essas nações em desenvolvimento

---

seriam naturalmente atraídas para a órbita da União Soviética, colocando em risco os interesses ocidentais (Dard 2015, 310).

Contribuição essencial veio de Pauline Picco, em seu estudo sobre as relações entre as extremas direitas francesas e italianas durante o período pós-guerra. Ela destaca uma série de eventos e dinâmicas, especialmente durante a Guerra de Independência da Argélia, que levaram à formação de redes franco-italianas de extrema direita. A definição de um horizonte revolucionário comum facilitou essa integração, em um contexto de forte agitação política. O movimento de resistência à descolonização desempenhou um papel central. Ex-ativistas da OAS, determinados a combater o avanço socialista no Terceiro Mundo, mantiveram relações conturbadas com serviços de inteligência e contribuíram para a formação de uma comunidade de combate ocidental. Essas conexões apontam para uma colaboração que ultrapassou fronteiras nacionais. Politicamente isolado no início da década de 1950, o *Movimento Sociale Italiano*, considerado o herdeiro do Partido Fascista Republicano, buscou a colaboração da extrema direita europeia. Vários projetos como o *Mouvement Social Européen* de Maurice Bardèche foram tentativas de consolidar uma frente unida, mas enfrentaram desafios significativos, como conflitos pessoais, diferenças ideológicas e estratégicas, e falta de recursos (Picco 2016). A Guerra de Independência da Argélia e a luta para defender a Argélia Francesa são descritas como um momento de fundação ou evento inaugural para a extrema direita francesa e italiana. Essa fase inicial de mobilização e colaboração lançou as bases para a formação de redes mais amplas e o estabelecimento de contatos regulares entre ativistas de ultradireita e militantes de extrema direita já em 1960. A Guerra da Argélia foi um evento fundador propício para a colaboração entre militantes, com o refúgio de militantes na Itália, na Argentina, na Espanha, no Brasil em 1960. Esse evento teve um impacto significativo, incentivando movimentos militantes, ideológicos e políticos, indicando uma interação e influência internacionais e criando o mito de uma OAS internacionalizada e capaz de agir em todas as partes do mundo (Dard e Pereira 2013).

Se nos voltarmos agora ao Brasil, constatamos que entre 1945 e 1964, como na França, o campo intelectual também foi reconfigurado por meio de uma redefinição das clivagens ideológicas e geracionais. Grande parte dos trabalhos sobre os intelectuais nesse período se concentrou sobre a experiência do Instituto Superior de estudos Brasileiros, o Iseb, cujas temáticas presentes em seus escritos rompia com o tipo de reflexão dos ensaios de interpretação do Brasil e dos trabalhos em torno do tema da “organização nacional” feitos nos anos 1920 e 1930. Assim, em *ISEB: Fábrica de ideologias* (1978), Caio Navarro Toledo buscou examinar por meio de uma perspectiva marxista o pensamento dos intelectuais ligados ao instituto, privilegiando a noção de “ideologia”. Entre os componentes fundamentais da “ideologia nacionalista”, encontramos as noções de

---

desenvolvimento, nacionalismo, o papel dos intelectuais na liderança do processo de desenvolvimento, a questão do capital estrangeiro e o dilema entre “estatismo” e “privatismo” (Abreu 2007, 420-424). Cada um dos componentes da ideologia foi objeto de discussões e disputas entre os intelectuais do instituto. Contudo, apesar das divergências, nomes que se tornaram célebres como os de Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, Osny Duarte, Wanderley Guilherme dos Santos e Hélio Jaguaribe estavam unidos pela ideia de que a “ideologia nacionalista” era o único instrumento capaz de libertar o Brasil da sua condição colonial.

Alguns anos depois, Daniel Pécaut (1989) realizou um estudo amplo sobre os intelectuais brasileiros, indo dos anos 1920 aos anos 1980, que ele dividiu em três momentos marcados por três gerações de intelectuais. O sociólogo francês situa a primeira geração atuando entre 1925 e 1940, preocupada com o problema da identidade nacional e das instituições. Já o engajamento da segunda geração, ativa notadamente entre 1954 e 1964, se deu em defesa dos interesses do país face às ameaças externas ligadas ao imperialismo americano. Houve, portanto, um deslocamento da legitimidade dos intelectuais: após 1945, eles se apresentavam como intérpretes das massas. Seu papel continuava, contudo, crucial: eles estavam encarregados de ajudar o povo a tomar consciência da sua vocação revolucionária e de mostrar que desenvolvimento econômico, emancipação das classes populares e independência nacional faziam parte de um mesmo projeto.

Um dos objetivos de Pécaut foi explicar como essas duas gerações, tão divergentes politicamente, foram solidárias na construção de uma cultura política que elas avalizaram e de onde tiraram sua própria legitimidade. Apesar da ruptura evidente entre elas, a circulação de vários intelectuais entre os diferentes lados do espectro político atestava continuidades essenciais cuja explicação está na cultura política. Ela significava a adesão a uma mesma concepção da organização da sociedade; implicava que tendências contraditórias poderiam ser oriundas de uma mesma matriz geral; supunha a difusão de um mesmo senso comum; e, finalmente, fazia referência a formas concretas de sociabilidade e de comunicação (Pécaut 1989, 6).

Mais recentemente, Angélica Lovatto (2021) estudou o Iseb destacando a forma como aqueles intelectuais valorizaram a ideia de *intelectual público* – entendido como aquele que formula teoria com vistas a uma intervenção prática na realidade –, figura que, como Pécaut já assinalara, desaparece no pós-1964. A autora vai defender a sua reabilitação no Brasil contemporâneo como meio de enfrentar os dilemas da política atual. Assim, Lovatto examina as distintas periodizações propostas pela historiografia e propõe a sua própria que ela divide em duas fases, a primeira “juscelinista”, de 1955 a 1960, e a segunda de “último Iseb” (1961-1964), e analisa as publicações de cada uma dessas fases. Segundo a autora, ao passo que na primeira fase as proposições

---

mascaravam as determinações de classe e visavam a realização do capitalismo por meio da superação do subdesenvolvimento, na segunda fase, marcada pelos *Cadernos do Povo Brasileiro*, aparecia as determinações de classe e a proposição de um projeto de revolução brasileira.

Embora o foco do nosso artigo seja os intelectuais de direita e de extrema direita, não é possível passar ao largo das temáticas trabalhadas pelos intelectuais ligados ao Iseb num estudo que cobre o período que vai de meados da década de 1950 ao golpe de 1964. Apesar da heterogeneidade do grupo e da presença em seu seio, ao menos nos anos iniciais, de intelectuais de direita, a exemplo de Miguel Reale ou Roberto Campos, essa produção intelectual se situava claramente à esquerda do espectro político. Como colocou Jorge Ferreira (2006, 64), havia em meados dos anos 1950 uma associação, no campo da esquerda, entre nacionalismo, desenvolvimento e democracia. Para grande parte dos intelectuais do período, uma não era possível sem as outras.

A direita se aglutinou em outro polo. Estando o campo intelectual brasileiro ainda no início do seu processo de autonomização, as dimensões política, intelectual, empresarial e militar se sobrepunham (Cunha 2016). Assim, a produção intelectual ainda era associada ao ativismo político em torno do partido União Democrática Nacional, a UDN (Benevides, 1981; Chaloub, 2018; 2019); aos empresários, através de institutos como o Instituto de Pesquisas Sociais (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) (Dreifuss, 2006); aos “intelectuais tradicionais”, que ocupavam instituições como o Instituto de História e Geografia Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL) (Cunha 2015; 2019); e aos militares por meio da recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG) (Comblin 1978; Stepan 1971; Nabuco 2021; 2021). Esta última instituição teria exercido um papel crucial ao contribuir para o desenvolvimento da crença, por parte das Forças Armadas, de que elas eram doravante mais capazes e mais preparadas do que os civis para conduzir o país. Segunda a interpretação de Stepan (1971), essa visão teria marcado uma ruptura com a ideia até então amplamente aceita segundo a qual o papel das Forças Armadas seria o do Poder Moderador, qual seja, intervir na política e em seguida devolver o poder aos civis.

Ora, se os militares não conseguiram assumir o poder na década de 1950, foi antes por causa das divisões que existiam dentro da corporação e de uma situação política adversa. A criação da ESG teria sido o primeiro passo de uma elite militar consciente da necessidade de acabar com as divisões internas para governar o país, e que a elaboração de uma ideologia hegemônica permitiria construir a unidade institucional. Ao contrário do que afirmava Stepan, a criação do ESG não teria sido o resultado de uma “vontade de aprender”, mas a revelação de um “desejo de poder” (Martins Filho 2003, 108).

Na ESG a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi institucionalizada e difundida, tornando-se uma teoria geral do exercício do poder no contexto de Guerra Fria. Em sua variante

---

brasileira a DSN compreende basicamente uma teoria da guerra, uma reflexão sobre o papel geopolítico do país e um modelo de desenvolvimento econômico. Não é o caso de aprofundar cada um desses elementos, aliás bastante conhecidos e estudados, nos limites desse artigo. De acordo com um primeiro estudo publicado por Joseph Comblin (1978), a DSN teria sido importada dos Estados Unidos para ser utilizada tal qual pelas Forças Armadas latino-americanas na luta contra o comunismo. Desde então, ela foi considerada como a base ideológica das ditaduras militares do Cone Sul e muitos pesquisadores deram uma importância desproporcional à influência que ela teria tido sobre a ação política dos diferentes regimes militares. É o que sugere, por exemplo, Maria Helena Moreira Alves (2005), que afirma que, no caso brasileiro, as estruturas estatais foram “impregnadas” pela DSN o que teria, conseqüentemente, transformado a sociedade brasileira.

Mais recentemente, a importância da DSN foi matizada e reavaliada. João Roberto Martins Filho (2004) destacou os problemas da exposição de Comblin, considerando sua descrição do processo histórico de construção de uma mentalidade ditatorial bastante simplificadora. De acordo com a interpretação do padre belga, os líderes militares latino-americanos não tinham ideia do tipo de sociedade que iriam fundar, nem mesmo que iriam criar novos regimes. Nesta perspectiva, a direita latino-americana seria um “fantoche ideológico” sem capacidade de criar seus próprios mitos, doutrinas ou ideologias. Maud Chirio (2012, 27), por sua vez, lembra que as influências do pensamento militar desenvolvidas durante os anos 1950 e 1960 eram diversas e tinham fortes especificidades nacionais. Tais especificidades, no caso brasileiro, foram analisadas por Luís Felipe Miguel (2002), que mostrou como o ESG deu à DSN suas próprias características usando elementos da tradição brasileira e do pensamento político. O fato a destacar aqui, e que a documentação mostrou abundantemente, são as passarelas entre o pensamento que poderíamos considerar como propriamente militar, e outros fundando uma dimensão histórica e cultural, contribuição dos intelectuais conservadores, tanto liberais quanto antiliberais, que frequentavam a ESG. Tal dimensão estava ligada à ideia de uma “civilização brasileira” e de uma “identidade nacional”, que já havia sido redefinida sob o Estado Novo pela valorização da mestiçagem, a crença na natureza dócil do povo, a exaltação do trabalho e uma certa ideia da nação fundada na coesão e na cooperação. O pensamento conservador produzido fora do âmbito militar e da DSN mostram que muitos desses elementos permaneceram ao longo da experiência democrática inaugurada após 1945 e foram retrabalhados depois de 1964 pelos intelectuais conservadores. Ao fazê-lo, eles contribuíram a legitimar a ditadura inscrevendo-a no que eles acreditavam ser a tradição brasileira e apresentando-a como o único regime capaz de preservar a unidade nacional e a cultura brasileira contra as ameaças representadas pelo marxismo e pelo comunismo. Nesse sentido, de acordo com esses intelectuais, os militares não seriam necessários apenas para “salvar a democracia”, mas seriam

---

também os salvadores dos verdadeiros valores do povo brasileiro, da cultura brasileira, da identidade nacional, da tradição e da integração que estaria em perigo com o avanço do comunismo. Convém destacar, enfim, nesse mapeamento das clivagens ideológicas e geracionais que marcaram o Brasil no período que vai de meados dos anos 1950 ao golpe de 1964, que esses “homens de letras tradicionais” ocuparam essencialmente três instituições que chamamos em outro estudo de “estrutura cultural conservadora” (Cunha 2016): a Academia Brasileira de Letras (ABL), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, após 1964, o Conselho Federal de Cultura (CFC) (Maya 2012). Elas formaram uma rede bem estruturada e foram particularmente influentes devido à sua proximidade com o poder, que se traduziu num amplo acesso aos meios de comunicação da época e a posições estratégicas no seio do Estado (Cunha 2019).

Algumas considerações podem ser feitas a partir do exame do contexto político no Brasil e na França entre 1955 e 1964, assim como das redefinições no campo intelectual de cada país. Em primeiro lugar, é importante atentar para a dimensão temporal dos eventos ocorridos nos dois países, levando-se em consideração o campo de experiência e o horizonte de expectativa dos atores da época. Assim, tomando como delimitação o período que vai de 1955 a 1964, são anos situados, no caso da França, entre a Libertação de 1944 e Maio de 1968. Trata-se de uma espécie de *in between* portador de temporalidades diversas e experiências marcantes e dolorosas, como foi a Ocupação e a memória do Caso Dreyfus, por um lado, mas também como abertura para a emergência de uma extrema direita e uma extrema esquerda que se cristalizarão definitivamente em 1968 (esquerda) e em 1972 (fundação da Frente Nacional). No Brasil, trata-se da primeira experiência democrática da história, momento em que as forças políticas emergiram do autoritarismo com seus projetos de país divididas entre uma esquerda nacionalista e uma direita liberal-conservadora. Foi um período que se abriu repleto de esperanças, à esquerda, de realização de uma democracia que viria a tirar o país do subdesenvolvimento graças a um modelo nacional-estatista, e que se encerrou sob os temores de uma direita assombrada pelo comunismo. A partir de um certo ponto no início dos anos 1960, entretanto, o horizonte de expectativas que se desenhou de um polo a outro do espectro político foi o de uma solução autoritária, expectativa que se concretizou com a vitória da direita e a derrota da esquerda – e da democracia – em 1964.

O segundo ponto a destacar são as transformações ideológicas. Como mostram os trabalhos discutidos acima, trata-se de uma questão complexa que mistura novas reivindicações com culturas políticas bem estabelecidas, além do ingrediente moral. Observa-se, nesse sentido, o que poderíamos considerar, pelo menos no caso francês, uma fragmentação ideológica. À esquerda, o PCF começa a perder progressivamente sua hegemonia enquanto surge uma extrema-esquerda em seu flanco, cujas palavras de ordem se deslocam da exploração econômica para o “terceiro-

---

mundismo”. À direita, o fato notável, também destacado pela historiografia francesa, foi o ressurgimento durante o conflito argelino de uma extrema-direita cujas reivindicações também eram plurais e remetiam ao Caso Dreyfus e à Libertação, como a *raison d'État* e a honra das Forças Armadas. Mas, particularmente importante do nosso ponto de vista, foi a bandeira da defesa da civilização ocidental e cristã cuja sobrevivência era atrelada à manutenção da Argélia francesa. No Brasil as mudanças também foram significativas. O período compreende o início da autonomização do campo intelectual. Por um lado, há um deslocamento das grandes questões que marcaram as décadas de 1920-1940 a respeito da organização e da identidade nacional e da abordagem dos problemas e das soluções a partir dos chamados ensaios de interpretação. Os intelectuais, à esquerda, começam a pensar nos problemas da dependência, do imperialismo norte-americano e do subdesenvolvimento, e assumem o papel de conduzir o país rumo ao desenvolvimento. As ciências sociais acadêmica nascente, assim como a economia, exerceram um papel significativo nesse deslocamento. Já à direita, a reflexão pode ser dividida em dois grandes conjuntos temáticos. O primeiro, marcadamente militar, em torno da Doutrina de Segurança Nacional e das técnicas de guerra e de luta contra a ameaça comunista; a segunda, resquício da primeira metade do século XX, se concentrou em torno da civilização brasileira e da identidade nacional, ambas ameaçadas também pelo comunismo. Houve, naturalmente, várias passarelas entre as duas formas de pensar. A crescente polarização e o medo de uma revolução, nos moldes cubanos, levaram a uma aproximação entre intelectuais conservadores e militares, embora de sensibilidades diversas, contra o risco de um eventual acontecimento como esse, considerado o mal maior. Esse realinhamento de forças em torno de novas questões dominantes coloca o problema das referências em matéria de regime político e de governança imperial. No próximo segmento iremos examinar mais de perto as possíveis conexões entre as formas de pensar das direitas e extrema direitas francesa e brasileira.

### 3 Defender a civilização ocidental e cristã: um combate global

Uma vez definido o problema da pesquisa, qual seja, a existência e funcionamento de uma *comunidade de sistema ideológico transnacional* entre a França e o Brasil impulsionada pela Revolução Cubana e pela Guerra da Argélia, foram feitos levantamentos de fontes em arquivos de ambos os países. Na *Bibliothèque Nationale de France*, em Paris, revistas e jornais ligados a direita e a extrema-direita foram pesquisados e estão em processo de sistematização e análise. Entre eles, destacam-se *Défense de l'Occident*, *Fraternité Française*, *Itinéraires*, *Rivarol*, *La Voix de l'Occident*, além do ultracatólico *Verbe*. A *Défense de l'Occident* promoveu ideias anticomunistas, antimarxistas e pró-ocidentais, com ênfase especial na defesa da civilização ocidental. Os colaboradores da revista incluíam muitos

---

intelectuais, escritores e políticos de direita. A revista deixou de ser publicada na década de 1970, mas sua influência e suas ideias continuaram a ter impacto no debate político na França e em outros países. Chama a atenção, entre as fontes ligadas à extrema-direita, a preocupação com os eventos políticos que ocorriam em escala global, para além do problema argelino e da demonização do general De Gaulle. Encontra-se, nas páginas dessas revistas e jornais, para citar apenas alguns exemplos, textos sobre o movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, sobre a luta contra o Apartheid na África do Sul ou sobre a Revolução Cubana. O ponto em comum nas análises era a ameaça que todos esses eventos representavam para a “civilização ocidental e cristã”.

No Brasil, a divulgação e a defesa de um ideário tradicionalista, iliberal e anticomunista incluía escritos, conferências e panfletos políticos, produzidos por intelectuais vinculados a múltiplas entidades, tanto públicas como privadas. As revistas de direito e de saúde pública eram os teatros de discussões, as faculdades de direito e de medicina palco de debates e a Escola Superior de Guerra ponto de encontro de proeminentes figuras do meio intelectual e industrial. Além de fomentar debates, foram construídas pontes culturais entre pensadores brasileiros, franceses, ingleses e estadunidenses. Nesse sentido, a bibliografia citada nos trabalhos denotava forte presença de autores franceses – em torno de um terço do total – no que diz respeito aos trabalhos sobre a democracia ocidental. No referente aos textos sobre guerra psicológica, a bibliografia francesa dominava amplamente os demais autores. As referências eram mais equilibradas no âmbito da segurança nacional, apesar de autores franceses predominarem sobre os demais autores estrangeiros. Após 1945, portanto, o ambiente carregado pela neurose coletiva da Guerra Fria mantinha permanente a ameaça de conflito. Os arquivos mostram que as discussões eram alimentadas pela constatação do esgotamento dos impérios coloniais e as lutas pela independência eram elementos centrais da concepção de uma civilização nova. A crise que afetou os impérios coloniais europeus deu impulso à reflexão sobre a crise civilizacional que se acreditava viver. Enquanto nos círculos de discussões militares a atenção se concentrava sobre as novas formas de guerra, em revistas e institutos civis se debatia sobre a continuidade da civilização ocidental.

As conferências proferidas pelos intelectuais conservadores na Escola Superior de Guerra atestam a diversidade de temas tratados. Além da Doutrina de Segurança Nacional, tema militar por excelência, os intelectuais não militares falavam da formação povo e sua psicologia, da cultura brasileira, da identidade nacional, das aspirações nacionais ou os elementos que constituem a Nação e a civilização brasileira. A conferência de Austregésilo de Athayde, pronunciada em 1963, é ilustrativa nesse sentido. Nas duas dezenas de páginas nas quais o presidente da Academia Brasileira de Letras se propõe a definir algumas características psicológicas do povo brasileiro, o primeiro ponto importante trata do problema da mestiçagem. Athayde vulgariza a interpretação de Gilberto

---

Freyre ao afirmar que o povo brasileiro seria “a síntese da humanidade”, pois os portugueses, antes de se misturar com os negros e os índios “sem nenhum preconceito”, trazia consigo o sangue “ibérico, celta, grego, fenício, romano, visigodo, judeu, árabe, francês, inglês, flamengo e castelhano” (Athayde 1963, 37), em suma, o sangue de todos os povos que atravessaram a Península Ibérica. Assim, no Brasil, de acordo com Athayde:

Encontram-se as três raças formadoras do povo brasileiro, criando os laços de sangue que a preparação milenar do habitante da península, através de longo e constante processo de miscigenação, tornou fáceis, não havendo, da parte do branco, a mínima repugnância proveniente de razões físicas ou psicológicas à procriação com o aborígene e o africano [...] (Athayde 1963, 37)

Athayde prossegue sua conferência afirmando que o “sentimento nacional” se formou desde os primeiros dias da colonização; ele fundamenta sua constatação em obras literárias, como a *Prosopopeia* de Bento Teixeira Pinto e os versos de Gregório de Matos, mas também invocando as lutas como a Guerra dos Emboabas (1707-1709) e dos Mascates (1710-1711) ou o conflito contra os holandeses. A expulsão destes últimos seria, para Athayde, “a prova do sentimento nacional e desse profundo instinto unitário que os portugueses transmitiram aos seus descendentes na América”. Segundo ele, a unidade nacional e a solidariedade entre as raças seriam concomitantes, esta última sendo o “princípio dinâmico da unidade das nações” (Athayde 1963, 41). Uma passagem exprime bem a ideia de harmonia e ausência de conflito que as elites conservadoras políticas e intelectuais tentam constantemente apresentar como inscrito na história do Brasil:

A sociedade que se organiza no Sul não é diversa, na sua composição étnica ou nas características da sua psicologia, da que se estava sedimentando no Nordeste e no Norte. Temos ali a presença das três raças, o branco, o aborígene e o negro, que se miscigenam no mesmo espírito de tolerância e simpatia, sem repulsa ou preconceito, com a mesma benignidade de tratamento dado aos escravos que tanto impressionava os viajantes do tempo e os que mais observaram a escravidão no Brasil, sendo que alguns deles citados por Gilberto Freyre, se mostram verdadeiramente espantados com a harmonia reinante entre senhores e escravos e dizem que a condição do negro nas senzalas brasileiras é às vezes bem superior à dos trabalhadores livres na Inglaterra [...] Na atitude amena dos senhores para com os escravos, na própria amenidade do temperamento dos negros-minas, nagôs, haussás, provenientes do Sudão, dos angolas, congos e cambindas e de uma vintena de outras raças africanas, assim como na doçura natural dos indígenas, no sentimentalismo e nos pendores místicos das três raças estão as raízes da democracia social brasileira (Athayde 1963, 42).

Dois momentos distintos podem ser claramente identificados nesta conferência: o primeiro, que termina com a citação acima, onde Athayde se baseia na história social e econômica do Brasil para enfatizar a “aculturação harmoniosa” das diferentes etnias constitutivas do povo brasileiro e suas “características psicossociais”: docilidade, sentimentalismo, cordialidade, afetividade etc. Esses dois elementos – aculturação harmoniosa e características psicossociais – estarão na origem da “unidade nacional” e da “democracia social brasileira”. Em um segundo

---

momento, Athayde discute os fatores que podem comprometer a “unidade nacional” e ameaçar a “segurança interna”. Vejamos como o presidente da ABL cria o vínculo entre a história social do Brasil e a ameaça que representaria o comunismo e, mais geralmente, o marxismo para a “civilização brasileira”.

De acordo com Athayde, foi a constituição histórica do povo e suas características psicossociais que impediram sua adesão ao comunismo. Mas o risco ainda estaria presente. Apesar da mesma língua e religião, essas características não seriam suficientes para garantir a unidade do país:

Existe sim muita religiosidade, apego aos sentimentos religiosos colhidos na tradição da família. Pergunta-se se essa religiosidade será suficiente como defesa contra a ideologia marxista, se devemos contar com o catolicismo do povo como elemento de segurança contra o comunismo. Nutro dúvidas a respeito [...] A propaganda comunista não é feita à base da negação dos dogmas e do ataque à religião. Os agentes do comunismo buscam outros caminhos para chegar ao espírito das massas e assenhorar-se dele, inclusive servem-se da religião cristã em suas formas primitivas como argumento em favor do ideal comunista [...] Também a índole democrática do povo não constitui anteparo suficiente. A religiosidade e o sentimento político da igualdade e da liberdade predisõem a opinião a lutar contra os regimes que hostilizam ou suprimem os direitos fundamentais da personalidade humana e colocam o povo brasileiro em face do conflito mundial entre as democracias ocidentais e o totalitarismo soviético numa posição franca ao lado das primeiras, como já aconteceu nas duas grandes guerras do século. A mentalidade nacional inclinada ao sentimentalismo, à doçura, à tolerância, contrária às formas de violência do Estado será sempre uma boa garantia contra a implantação de regimes políticos policialistas e opressores. O individualismo, a relutância à vida gremial, aversão às disciplinas rígidas, a consciência natural da liberdade americana, o espírito de independência que faz que o homem prefira a vida do cachorro magro da fábula, a miséria e a fome, à pele luzidia e à satisfação do cachorro gordo na coleira, tais tendências inatas, ligadas muito mais à experiência ancestral das três raças do que as ideias adquiridas, parecem-me elementos de maior importância para preservar contra os regimes opressivos. São virtudes e defeitos com os quais o povo brasileiro vem realizando pacificamente a sua revolução, galgando etapas do seu destino sem lutas sangrentas, por meio de revoluções brancas, com que se evitaram os ressentimentos de classes, de grupos raciais e de regiões (Athayde 1963, 49).

A análise da conferência de Austregésilo de Athayde mostra o uso político de uma certa concepção de “civilização brasileira”, defendida e difundida por vários intelectuais conservadores a partir de vários critérios definidores, entre os quais a “mestiçagem feliz”, resultado da “aculturação harmoniosa das três raças”; a “ausência de conflito”; “unidade na diversidade”; “sentimentalismo, docilidade e cordialidade”. Esses elementos civilizacionais, ainda segundo o presidente da ABL, seriam uma barreira para o comunismo, mas não uma barreira intransponível. A conferência de Athayde soava como uma advertência às elites políticas e militares para a ameaça civilizacional representada pelo comunismo.

Se nos debruçamos especificamente sobre a produção de intelectuais que buscaram em autores franceses fontes para explicar os problemas do que então denominavam a civilização brasileira, nos deparamos com nomes como os de Martinho Garcez Neto, professor de direito na Universidade Católica de Petrópolis; Antônio Carlos Pacheco e Silva, professor de psiquiatria na

---

Universidade de São Paulo; José Pedro Galvão de Sousa, professor de direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Adolpho Domingos Crippa, filósofo, diretor da revista *Convivium*. Na perspectiva desses autores, o Brasil e a civilização ocidental enfrentavam uma profunda crise moral, política e econômica.

Martinho Garcez Neto foi presidente do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (1964-1966), assumiu por três vezes o governo interino de estado da Guanabara e transmitiu a faixa de governador a Negrão de Lima, na ausência de Carlos Lacerda. Por três anos, de 1966 a 1969, presidiu a associação dos magistrados brasileiros e exerceu forte influência na corporação. Professor de direito, foi cofundador da Universidade Católica de Petrópolis, iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), com a qual mantinha laços enquanto especialista de direito das empresas (Martinho Garcez Neto, Verbete biográfico, *Projeto Memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro*, TJRJ). Garcez Neto é descendente de uma das mais tradicionais e antigas famílias cariocas, oriundo de um dos primeiros troncos familiares subsistentes desde os primeiros anos após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá (O Globo 1965, 12). Estagiário da Escola Superior de Guerra, suas principais conferências e publicações versam sobre os sistemas políticos contemporâneos, a democracia e a segurança nacional. Em 1965, publicou uma coletânea de conferências, onde busca compreender a formação da democracia brasileira e o risco para a coesão da sociedade que representam as doutrinas política contemporâneas.

Desde seus primeiros trabalhos na Escola Superior de Guerra, da qual se tornou membro do corpo permanente em 1959, Garcez Neto estuda as liberdades públicas e a história constitucional brasileira. Em sua monografia de final de curso, ao distinguir liberdades políticas de liberdades individuais na formação da democracia, Garcez Neto destaca a importância da herança cristã:

Cada um de nós – escreve Maritain – é portador de um grande mistério que é a personalidade humana. Sabemos que um traço essencial de uma civilização digna desse nome é a noção e o respeito da dignidade da pessoa humana; por outro lado, é ideia pacífica a de que para defender os direitos da pessoa humana, bem como para defender a liberdade, devemos estar sempre preparados para oferecer a própria vida (Garcez Neto, T-02-58, 30).

Jacques Maritain e Emmanuel Mounier inspiraram Garcez Neto em sua concepção da democracia humana e da civilização ocidental. Mounier explica em seu livro a relação existente entre a pessoa e a democracia, ao distinguir a civilização democrática, cuja origem ele situa na Grécia antiga, com o surgimento do conceito de pessoa humana, relacionado ao cristianismo e a perfeição divina. A oposição no período contemporâneo se encontraria, entretanto, em outro aspecto: ao mundo hiper individualizado condicionado pela tecnologia, se opõe a universo pessoal

---

e a liberdade responsável das pessoas. A liberdade se manifesta precisamente na recusa de a todas as formas de afirmação coletiva, sejam elas teológicas ou socialistas, uma reação saudável (Mounier 1949, 7-20). A ideia de um sacrifício pessoal se substitui à participação cívica, no âmbito da civilização cristã.

Para Garcez Neto, desde os primórdios, as sociedades humanas são divididas por profundos conflitos ideológicos, colonialismo e anticolonialismo, cristianismo e comunismo, democracia e ditadura, Ocidente e Oriente. Nesse aspecto, o autor se refere à Paulo de Castro, jornalista de origem portuguesa, autor da crônica semanal no *Correio da Manhã* e de um livro recém-publicado em 1958, onde interpretava o conteúdo político das lutas de libertação nacional, particularmente na Argélia e no Oriente Médio. Paulo de Castro escreveu a esse respeito: *O que hoje se define na França é o resultado de uma luta entre a conspiração e a República, entre os princípios da revolução francesa de 1789 e os seus inimigos ontem em Coblentz hoje em Argel. Esmagar, dentro da legalidade republicana, a conspiração é a missão histórica do governo* (Castro, 1958b, grifo nosso).

O problema argelino reunia por si só os principais problemas da França contemporânea. A comparação com a revolução francesa mostra a que ponto as guerras coloniais dividiam a sociedade. Ao levantar a questão da herança revolucionária de 1789, Paulo de Castro apontava para o problema do direito à autodeterminação dos povos. A revolução seria assim criadora de uma nova ordem, promovida por massas de colonizados, cujo projeto político seria o direito à liberdade. Os verdadeiros revolucionários se encontravam nos países do chamado Terceiro Mundo. Apontava também para o problema da contrarrevolução. Ao comparar a atitude dos nobres durante a Revolução Francesa com a atitude da elite colonial, o autor alega que existe continuidade no pensamento político da extrema-direita: os ultras da Argélia representariam o anti-humanismo que, desde fins do século XVIII, se opunha às Luzes, e que no século XX estava no cerne das doutrinas totalitárias e de suas lógicas de exterminação.

O papel que desempenhou Paulo de Castro foi fundamental na interpretação do conteúdo político da guerra da Argélia e contribuiu para transformar o modo como eram encarados os rebeldes e a rebelião, vistos daquele momento em diante como revolucionários. A libertação nacional seria uma revolução e “representaria uma linha de combate contra o domínio do imperialismo americano ou o domínio político russo” (Garcez Neto 1965, 62).

José Pedro Galvão de Sousa, professor de direito na Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo, é um intelectual católico conservador. Sua atuação junto à revista *Convivium* criou pontes entre civis e militares, tradicionalistas e iliberais. Em seu estudo sobre os problemas da segurança nacional, ele reconhece a ameaça que representam as lutas pela libertação nacional para a civilização democrática e cristã:

---

A União Soviética incorporou ao seu imenso império vastas áreas e numerosas populações, controlando os Estados-satélites e suscitando uma série de movimentos entre os povos asiáticos ou africanos, na luta contra o colonialismo, e entre as nações centro-sul-americanas, cujas crises econômicas e políticas favorecem as agitações assim provocadas. (Galvão de Sousa 1962, 34)

A ruptura com o domínio colonial nas colônias europeias na África tinha como corolário a expansão do comunismo e da União Soviética. A esse processo de luta pela independência dava-se o nome de guerra revolucionária, que se tornaria um instrumento de conquista do Estado. A guerra de independência da Argélia serviria de ponto de partida para uma reflexão sobre a segurança nacional e a necessidade de lutar contra a expansão da URSS, ao se apoiar num processo de conquista do poder. Não se discutia a legitimidade da ocupação francesa, menos ainda a restauração das tradições religiosas pelos líderes argelinos. A discussão era muito menos relativista. O se discutia eram os meios: a conquista da população, seja por atentados, seja pela persuasão.

Na França, como foi mencionado, há uma preocupação, por parte da extrema-direita, com o que eles consideravam uma crise civilizacional que ameaçava não apenas a França, mas todo o “Ocidente cristão. Algumas questões serviram de base para a leitura das revistas e jornais franceses: em que medida esses jornalistas e intelectuais se interessavam pelos eventos latino-americanos? Consideravam eles a América Latina como parte de uma mesma civilização cristã e ocidental? Se sim, a Revolução Cubana representava uma ameaça para eles também? Tudo seria parte de um mesmo conflito entre o ocidente cristão de um lado e o comunismo e islamismo do outro? São a essas questões que tentaremos trazer alguns elementos de resposta.

Um dos jornais da extrema direita francesa particularmente virulento entre os anos 1950 e 1960 foi o *Rivarol*. Publicado semanalmente, foi fundado em 1951 por René Malliavin e recebeu esse nome em homenagem ao contrarrevolucionário do final do século XVIII Antoine de Rivarol. Nas palavras de Serge Klarsfeld, é o jornal “mais racista, mais antissemita e mais negacionista que existe” (Le Monde, 07/03/2022). Durante as pesquisas, foram levantadas todas as notícias que faziam alguma referência à ideia de “ameaça da civilização cristã e ocidental”, à Portugal e à América Latina de uma forma geral. Chamamos a atenção para três tópicos: a ideia de crise da civilização; a forma como são associados acontecimentos em diferentes partes do mundo são associadas e, enfim, o papel do salazarismo como exemplo a seguir e bastião da civilização cristã e ocidental.

O trecho a seguir, particularmente ilustrativo, faz parte de um artigo de Lucien Rebatet, publicado na edição do dia 22 de janeiro de 1959, ou seja, apenas alguns dias após a vitória da Revolução Cubana. Ele faz um paralelo entre Ahmed Ben Bella, líder do *Front de Libération National* (FLN) e que viria a se tornar o primeiro presidente da Argélia independente, e Fidel Castro:

---

Poder-se-á objetar que Ben Bella e os seus lugares-tenentes eram criminosos comuns. Se assim fosse, desde a sua detenção deveria ter sido efetuada uma campanha permanente, fornecendo e repetindo as provas dos seus crimes. Durante mais de dois anos, a opinião pública nacional tolerou mais ou menos que estes homens fossem apelidados de “políticos”. Na minha opinião, o grave não é o fato de um governo estar à procura de uma nova casa para os pesados presos que herdou. É o fato de, durante mais de dois anos, ninguém se ter atrevido a julgar estes prisioneiros por nenhuma das acusações. É uma confissão de fraqueza e de consciência pesada, que me preocupa mais do que qualquer outra coisa para o futuro da Argélia [...] Voltemos a esta famosa “Justiça”, que nunca foi tão mal partilhada como desde que tantos zigotos, literatos, atores de bancada e púlpitos se tornaram “sedentos” dela. A tragicomédia de Cuba é um belo teste sobre a fisionomia moderna deste pobre sistema de justiça. Permitiu-nos admirar uma vez mais a inefável ingenuidade destes queridos ianques, combinada, como sempre, com uma saudável dose de hipocrisia. Vimos Fidel Castro, transformado de um dia para o outro num representante da democracia, por sua vez empunhando o ferro contra o cancro das ditaduras sul-americanas [...]. Mas Fidel Castro é um desses democratas que se preocupa com as opiniões da Consciência Universal como se fosse um coco vazio. Transformou as praças e os campos de exercícios de Cuba em campos de tiro ao alvo com uma pressa verdadeiramente impertinente [...] Até agora, nenhum moralista oficial dos EUA reconheceu que o selvagem barbudo tem todo o direito de se recomendar, como o faz, ao “Justice Jackson”, essa grande figura de virtude puritana, juiz de Nuremberg, fiel executor da vingança de Stálin e dos racistas do campo rooseveltiano, de se recomendar até aos subJacksons do “Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente”, perante os quais compareceram os chefes japoneses derrotados [...] Bastou que Fidel Castro usasse um vocabulário fofo e falasse do necessário castigo dos “colaboradores” para que as canetas dos sedentos ficassem subitamente sem tinta (*Rivarol*, 22/01/1959).

Lucien Rebatet foi um escritor antissemita de extrema direita. Seu primeiro engajamento foi nas fileiras da *Action Française*. Abertamente fascista, ele escreve no principal semanário colaboracionista, o *Je suis partout*, Ele é conhecido por suas críticas musicais e cinematográficas, mas mais particularmente por um feroz panfleto antissemita intitulado *Les Déscombres*, de 1942, e pelo romance *Les Deux Étantards*, publicado em 1951 (Belot, 2015). O trecho acima é carregado de significados. Para além da associação entre Ben Bella e Fidel Castro, percebe-se uma forma de pensar ainda impregnado pelas referências da Segunda Guerra Mundial, como pode ser visto pela alusão a Nuremberg. Para Rebatet, estaria havendo uma inversão de valores por parte do pensamento dominante, que ele chama de “consciência universal”, mas que seria um “vazia”. Nela, Nuremberg teria sido justa – quando para ele o célebre julgamento dos nazistas teria sido uma vingança stalinista – e Ben Bella e Castro seriam “democratas” – quando, para Rebatet, eram criminosos comuns que deveriam ser tratados como tais. O que é importante sublinhar, contudo, é a conexão, aos olhos da extrema direita francesa desse período, entre Cuba e Argélia dentro de um quadro mental impregnado pelos combates dos anos 1930 e 1940.

Vários outros textos fazem a ligação entre o que se passava na França e na Argélia com outros eventos. Embora fora do escopo estrito da nosso estudo, vale citar o artigo publicado na edição do dia 05/10/1961, sobretudo porque nesse momento o ditador português Salazar passa a ser visto como o grande modelo a ser seguido pela direita radical francesa. O artigo, intitulado

---

“Angola et Algérie, le même combat”, faz referência a um panfleto escrito por um político e membro da OAS chamado Robert Pesquet. Num determinado trecho do artigo, lê-se:

Robert Pesquet, em particular, sublinhou muito bem a solidariedade que pode unir os portugueses de Salazar e os defensores da Argélia francesa. O espírito do 13 de maio, a vontade de unir fraternalmente as comunidades contra a subversão que as ameaça a ambas, com a cumplicidade de um falso humanitarismo, encontramos ali “ideias fortes” análogas – levando em conta as diferenças da situação – àquelas que o Presidente Salazar desenvolveu com um domínio incomparável em sua resposta à ONU, aliados – conscientes ou não – do imperialismo de Moscou: “Estamos na África há quatrocentos anos, o que é um pouco mais do que se tivéssemos chegado lá ontem”. Trouxemos uma doutrina para lá, que é diferente de ter ido lá para satisfazer nossos interesses. Estamos aplicando uma política que as autoridades estão executando e protegendo, o que não é o mesmo que abandonar os destinos humanos ao chamado “sentido da história”. Aqueles que falam da emancipação da África portuguesa estão um pouco atrasados: isso já foi feito! Mas esta unidade não envolve alienações, cessões ou rendições – e também é inconciliável com as formas legais de plebiscito, referendo e autodeterminação (*Rivarol*, 05/10/1961).

Há uma mesma lógica do texto de Rebatet, citado anteriormente, em associar as independências das colônias francesa e portuguesas a uma “subversão”, patrocinada pela ONU que, por sua vez, seria uma “aliada” de Moscou. Chama atenção, nesse e em outros textos, o esforço por parte da direita radical em se apropriar de um vocabulário tipicamente marxista. No caso, a independência das colônias africanas seria um “abandono” a um suposto “sentido da história”, quando a África portuguesa (e francesa, embora não dito diretamente no texto) já seria “emancipada” justamente com a presença portuguesa, o que tornaria “inconciliável” as “formas legais de plebiscito, referendo e autodeterminação”. O texto sugere assim uma espécie de união orgânica entre colônia e metrópole não passível de ser sujeitada a normas consideradas “legais”.

A ideia de civilização ameaçada aparece em artigo da edição do dia 13 de julho de 1960 intitulado “*L’Occident comprendra-t-il enfin que la ‘Révolution Mondiale’ n’est pas une formule rhétorique?*”:

É de se perguntar se a tolice e a complacência da grande imprensa serão capazes de orientar a opinião e se aqueles que têm a tarefa de orientá-la serão eles mesmos capazes de se orientar e aprender a lição dos acontecimentos. Lemos artigos tranquilizadores, explicando-nos que os comunistas estavam cada vez mais isolados e que, reduzidos às suas próprias forças, estavam condenados a perecer, mais cedo ou mais tarde, de asfixia! E para dar como exemplos a queda dos votos comunistas na França em novembro de 1958, na época do efêmero triunfo da UNR (Union pour la Nouvelle République), e as discussões públicas que haviam surgido na Itália entre os senhores Nenni e Togliatti, o primeiro pretendia se distanciar do segundo (*Rivarol*, 13/07/1960).

Mas, argumenta o texto, os comunistas voltaram ao centro do palco. Na França, por uma série de razões internas ligadas a reformas escolares e ao debate sobre a laicidade naquele momento; na Itália, por causa da falta de firmeza da Democracia Cristã, que desautorizou um Congresso do neofascista Movimento Social Italiano por pressão dos comunistas. O texto argumenta em seguida que esse « avanço comunista » não se limita ao caso italiano:

---

Anteontem foi a Coréia e depois o Japão, onde o prestígio americano sofreu um golpe sério e espetacular. Ontem foi Cuba, hoje é o Congo. E quando você olha de perto, é fácil ver que em todo lugar há o mesmo chefe de orquestra, mais ou menos camuflado, e os mesmos “*tertius gaudens*” prontos para tirar os benefícios da operação. Em Cuba, não é por acaso que Fidel Castro sempre encontra o bloco comunista por trás de si para encorajá-lo e fornecer-lhe ajuda econômica e técnica [...] E agora, no dia seguinte à proclamação de sua independência, o antigo Congo belga é cenário de revoltas e movimentos de deslocamento que são tão perigosos para as vidas dos brancos quanto para a do novo Estado [...] No Congo, como na Guiné, como em Cuba, como em todos os lugares onde “as coisas estão se mexendo”, o bloco comunista pretende estar trabalhando para aproveitar, no melhor de seus interesses, uma situação que muitas vezes tem ajudado a criar [...] Maurras gostava de citar o texto em que Demóstenes pinta – para zombar dele – a atitude do bárbaro que se limita a se desfazer mais ou menos bem dos golpes enquanto são desferidos. Algumas vezes no braço, outras no estômago, quando não na cabeça ou na perna. Se alguém pretende se opor ao comunismo com uma barreira eficaz, é inoperante limitar-se a defender posições à medida que elas são atacadas. Seu dinamismo deve ser contrariado por outro dinamismo, e contra sua ideologia deve surgir outra ideologia para competir pelas mentes e corações da juventude (*Rivarol*, 13/07/1960).

### Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre a circulação de ideias e conceitos entre a França e o Brasil e as ligações entre intelectuais de direita franceses e brasileiros entre 1954 e 1964. Partidos da hipótese de que estes intelectuais formaram uma “comunidade de sistema ideológico transnacional” cuja questão principal era a defesa da civilização cristã e ocidental, ameaçada pelo avanço do comunismo. Tal avanço teria se acelerado consideravelmente com a Revolução Cubana e a Guerra da Argélia. Neste artigo, limitámos a nossa análise, no caso brasileiro, às conferências proferidas na ESG e à revista *Convivium* e, no caso francês, ao jornal *Rivarol*. Estas fontes revelaram uma preocupação enorme, do lado brasileiro, com o conflito entre a França e a Argélia; e do lado francês, com a Revolução Cubana e outras lutas pela independência que estavam ocorrendo no continente africano. Dos dois lados do Atlântico, os acontecimentos que eram presenciados faziam parte de uma mesma ameaça global à civilização cristã e ocidental, daí as suas reflexões sobre a história, a civilização, a cultura, a identidade, mas também sobre o esgotamento dos impérios coloniais, as novas formas de guerra e a psicologia social.

No centro das guerras de independência e das revoluções, estava a imagem idealizada de um inimigo que correspondia aos receios e desejos das elites civis e militares. As soluções encontradas pelos exércitos europeus nas guerras coloniais serviram de modelo para a guerra que os oficiais latino-americanos mais exaltados queriam travar contra os movimentos comunistas no subcontinente. Imaginando o inimigo, prepararam a guerra, elaboraram regulamentos, escreveram artigos e publicaram manuais, cujo objetivo era orientar os oficiais na sua missão e convencer os intelectuais e a sociedade que a “civilização ocidental e cristã”, tal como elas a conheciam, estava

---

ameaçada. A adoção de uma nova doutrina foi além da construção de um inimigo interno e, no seio da ESG, o papel dos militares na sociedade foi redefinido para os tornar especialistas em questões sociais capazes de influenciar a população. Se os franceses “perderam” a Guerra da Argélia e, nesse país, a retórica da direita radical da “ameaça civilizacional” foi gradualmente substituída pela de uma “decadência do Ocidente”, no Brasil ela foi vencedora. Ainda hoje, há uma crença difundida entre os meios conservadores segundo a qual a “civilização ocidental e cristã” foi salva em 1964. Estes resultados preliminares apontam para a necessidade de prosseguir a investigação neste sentido, a fim de aprofundar o conhecimento destas redes transnacionais de intelectuais de direita e da circulação de ideias contrarrevolucionárias no espaço atlântico.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

“Angola et Algérie, le même combat”, *Rivarol*, 05 de outubro de 1961.

Athayde, Austregésilo. “Caraterísticas psicossociais do povo brasileiro”. Rio de Janeiro: Biblioteca da Escola Superior de Guerra (Documento datilografado). Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 28 de maio de 1963 (repblicado pela *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 105, Janeiro-Junho de 1963).

Athayde, Austregésilo. “O panorama mundial da atualidade”. Rio de Janeiro: Biblioteca da Escola Superior de Guerra (Documento datilografado). Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 10 de maio de 1955.

Castro, Paulo de. *Terceira Força*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

Galvão de Sousa, José Pedro. “A problemática da segurança nacional”. *Convivium*, 29-43, jul./ago. 1962.

Garcez Neto, Martinho. “As garantias constitucionais das liberdades públicas”. Monografia, Escola Superior de Guerra, T-02-58.

Garcez Neto, Martinho. *Democracia, doutrinas políticas e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965.

“L’Occident comprendra-t-il enfin que la ‘Révolution Mondiale’ n’est pas une formule rhétorique?”, *Rivarol*, 13 de julho de 1960.

“Mil e quinhentos descendentes dos primeiros povoadores se reuniram no Aterro do Flamengo”, *O Globo*, 26 de julho de 1965.

“Notre pays accorde des facilités à ‘Rivarol’, hebdomadaire le plus raciste, le plus antisémite et les plus négationniste qui soit”, *Le Monde*, 07 de março de 2022.

[https://www.lemonde.fr/idees/article/2022/03/07/notre-pays-accorde-des-facilites-a-rivarol-hebdomadaire-le-plus-raciste-le-plus-antisemite-et-le-plus-negationniste-qui-soit\\_6116395\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2022/03/07/notre-pays-accorde-des-facilites-a-rivarol-hebdomadaire-le-plus-raciste-le-plus-antisemite-et-le-plus-negationniste-qui-soit_6116395_3232.html)

---

*Projeto Memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro*, TJRJ. Verbetes biográficos “Martinho Garcez Neto”. <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/2478089/memoria-jud-rj-desembargador-martinho-garcez-neto.pdf>

Rebatet, Lucien. “Ce sang était-il donc si pur?”. *Rivarol*, 22 de janeiro de 1959.

## Livros e artigos

Abreu, Alzira Alves. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)”. Em *As esquerdas no Brasil 2. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, orgs. Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, 409-432, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Carlos: Edusc, 2005.

Audigier, François. *Histoire du SAC, la part d'ombre du gaullisme*. Paris : Stock, 2003.

Belot, Robert. *Lucien Rebatet. Le fascisme comme contre-culture*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2015.

Brun, Catherine (sous la direction de). *Guerre d'Algérie : les mots pour la dire*. Paris : CNRS, 2014.

Belissa, Marc ; Covo, Manuel; Rakove, Jack et all., “Les indépendances dans l'espace atlantique, v. 1763-v. 1829”. *Annales historiques de la Révolution française*, 2 (n° 384), 2016: 167-198.

Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Bernardi, Bruno. “Pour une histoire conceptuelle du politique. Questions de méthode”. Em *La Démocratie à l'œuvre. Autor de Pierre Rosanvallon*, sous la direction Florent Guénard e Sarah Al-Matary, 31-48, Paris : Seuil, 2015.

Burrin, Phillippe. *La Dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery (1933-1945)*. Paris : Seuil, 2003.

Chaloub, Jorge. “O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista”. *Lua Nova*, São Paulo, 107, 2019: 263-304.

Chaloub, Jorge. “O liberalismo de Carlos Lacerda”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 61(4), 2018: 385-428.

Charle, Christophe. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996.

Charle, Christophe. *La crise des sociétés impériales. Allemagne, France, Grande-Bretagne, 1900-1940. Essai d'histoire sociale comparée*. Paris: Seuil, 2001.

Chirio, Maud. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

Comblin, Joseph. *Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Cunha, Diogo. *A Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). Os intelectuais conservadores entre cultura e política*. Curitiba: Appris, 2019.

Cunha, Diogo, “O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a ‘estrutura cultural conservadora’, as universidades e as esquerdas”. *Revista História UNICAP*, vol. 3, n° 5, 2016: 100-120.

---

Cunha, Diogo, “De la ‘Semaine révolutionnaire’ à la ‘Révolution’ de 1964 : itinéraires, réseaux et lieux de sociabilité de la ‘génération de 1922’”, *Brésil(s) – Sciences humaines et sociales*, v. 8, 2015 : 215-241.

Dard, Olivier. *Voyage au cœur de l'OAS*. Paris : Perrin, 2005.

Dard, Olivier, “Jacques Ploncard d’Assac, ‘La voix de l’Occident’” Em *Doctrinaires, vulgarisateurs et passeurs des droites radicales au XX<sup>e</sup> siècle (Europes-Amériques)*, éd. Oliver Dard, 15-40, Berne : Peter Lang, 2012.

Dard, Olivier. *Doctrinaires, vulgarisateurs et passeurs des droites radicales au XX<sup>e</sup> siècle (Europes-Amériques)*, Berne : Peter Lang, 2012.

Dard, Olivier. *Supports et vecteurs des droites radicales au XX<sup>e</sup> siècles (Europe-Amériques)*, Berne : Peter Lang, 2012.

Dard, Olivier. *Références et thèmes des droites radicales au XX<sup>e</sup> siècle (Europe-Amériques)*, Berne : Peter Lang, 2015.

Dard, Olivier. *Organisations, mouvements et partis des droites radicales au XX<sup>e</sup> siècle (Europe-Amériques)*, Berne : Peter Lang, 2016.

Dard, Olivier. Pereira, Victor. *Vérités et légendes d’une OAS internationale*. Paris : Riveneuve éditions, 2013.

Dosse, François. *A saga dos intelectuais franceses, 1944-1989. À prova da história (1944-1968)*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2021.

Dosse, François. *La Marche des idées. Histoire des intellectuels – histoire intellectuelle*. Paris : La Découverte, 2003.

Dreifuss, René, A. *1964 : a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Espagne, Michel, “La notion de transfert culturel”, *Revue Sciences/Lettres*, 2013, [En ligne], 1, <http://rsl.revues.org/219>.

Espagne, Michel. “Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle”, *Genève*, n. 17, 1994: 112-118.

Ferreira, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

Lovatto, Angélica. “Iseb: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira”, *Revista Princípios*, n. 162, jul./out, 2021: 9-40.

Maia, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

Marchi, Ricardo. “La Défense de l’Occident : la dernière tranchée pour l’extrême droite européenne des années de guerre froide”. Em *Références et thèmes des droites radicales au XX<sup>e</sup> siècle (Europe-Amériques)*, orgs. Olivier Dard, 273-302, Peter Lang : Berne, 2015.

Martins, João Roberto, “A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964”, comunicação apresentada no Congresso *The Cultures of Dictatorship: historical reflections on the brazilian golpe of 1964*, Maryland University, 2004.

---

Martins, João Roberto. “Forças armadas e política, 1945-1964: ante-sala do golpe”. Em *O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, orgs. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 97-126, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

Miguel, Luís Felipe. “Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia de segurança nacional no Brasil”, *Diálogos latinoamericanos*, n. 005, Universidade de Aarhus, Aarhus, 2002: 40-56.

Mounier, Emmanuel. *Le personnalisme*. Paris : Presses Universitaires de France, 1949.

Nabuco de Araujo, Rodrigo. “L’art français de la guerre. Transferts de la doctrine de la guerre révolutionnaire au Brésil (1958-1974)”, *Cahiers des Amériques latines*, v. 70, 2012 : 39-58.

Nabuco de Araujo, Rodrigo. “L’appel à l’ennemi : l’anticommunisme à l’École supérieure de guerre au Brésil (1954-1964)”, *Les Cahiers de Framespa*, n. 36, 2021 [En ligne : DOI : <https://doi.org/10.4000/framespa.10584>].

Page, Joseph. *A Revolução que nunca boue*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

Pécaut, Daniel. *Entre le Peuple et la Nation. Les intellectuels et la politique au Brésil (1920-1980)*. Paris : Maison des Sciences de L’Homme, 1989.

Perville, Guy. *Pour une histoire de la guerre d’Algérie*. Paris : Éditions Picard, 2002.

Picco, Pauline. *Liaisons dangereuses : les extrêmes droites en France et en Italie (1960-1984)*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

Porfirio, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Rosanvallon, Pierre. *Pour une histoire conceptuelle du politique*. Paris : Seuil, 2003.

Sirinelli, Jean-François. “Le hasard ou la nécessité ? Une histoire en chantier : l’histoire des intellectuels”, *Vingtième siècle. Revue d’histoire*, volume 9, numéro 9, 1986: 97-108.

Sirinelli, Jean-François. “Os intelectuais”. Em *Por uma história política*, org. René Rémond, 231-269, Rio de Janeiro, FGV: 2003.

Sirinelli, Jean-François. *Génération intellectuelle : Khâgneux et normaliens dans l’entre deux guerres*. Paris : PUF, 1994.

Sirinelli, Jean-François, e Rioux, Jean-Pierre (Sous la direction de). *La Guerre d’Algérie et les intellectuels français*. Paris : Éditions Complexe, 1991.

Sirinelli, Jean-François, e Ory, Pascal. *Les intellectuels en France. De l’Affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Armand Collin, 2002.

Stepan, Alfred. *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

Stora, Benjamin. *Histoire de la guerre d’Algérie, 1954-1962*. Paris : La Découverte, 2004.

Thénault, Sylvie. *Une drôle de justice. Les magistrats dans la guerre d’Algérie*, La Découverte, 2001.

Stora, Benjamin. *Histoire de la guerre d’indépendance algérienne*. Paris : Flammarion, 2005.

Toledo, Caio Navarro, *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo, Ática, 1978.

Werner, Michel.; Zimmermann Bénédicte, “Penser l’histoire croisée: entre empirie et réflexivité”, *Annales HSS*, janvier-février, n.1, 2003: 7-36.

Winock, Michel, “Les générations intellectuelles”, *Vingtième siècle. Revue d’histoire*, 22, 1989 : 17-38.

---

Winock, Michel. *Le siècle des intellectuels*. Paris : Éditions du Seuil, 1999.

Recebido em 7 de novembro de 2023

Aprovado em 4 de dezembro de 2023